

BRASIL:
RAÍZES DO PROTESTO NEGRO

Am
CLÓVIS MOURA

de
BRASIL:
RAÍZES DO PROTESTO NEGRO

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Camara Brasileira do Livro, SP

Moura, Clóvis, 1925-
M885b Brasil : raízes do protesto negro / Clóvis Moura. -- São Paulo : Global Ed., 1983.

1. Discriminação racial - Brasil 2. Negros - Brasil 3. Negros - Brasil - Condições sociais
I. Título. II. Título : Raízes do protesto negro.

83-1432 CDD-301.45196081
-323.1196081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Negros : Movimentos políticos 323.1196081
2. Brasil : Negros : Relações sociais : Sociologia 301.45196081
3. Brasil : Negros : Sociologia 301.45196081
4. Negros no Brasil : Sociologia 301.45196081

Passado & Presente 28

global editora

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Am
CLÓVIS MOURA

de
BRASIL:
RAÍZES DO PROTESTO NEGRO

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Camara Brasileira do Livro, SP

Moura, Clóvis, 1925-
M885b Brasil : raízes do protesto negro / Clóvis Moura. -- São Paulo : Global Ed., 1983.

1. Discriminação racial - Brasil 2. Negros - Brasil 3. Negros - Brasil - Condições sociais
I. Título. II. Título : Raízes do protesto negro.

83-1432 CDD-301.45196081
-323.1196081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Negros : Movimentos políticos 323.1196081
2. Brasil : Negros : Relações sociais : Sociologia 301.45196081
3. Brasil : Negros : Sociologia 301.45196081
4. Negros no Brasil : Sociologia 301.45196081

Passado & Presente 28

global editora

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

1.ª edição: agosto/1983
© CLÓVIS MOURA

Capa: Francisco Cáceres (arte)
Levi Leonel (arte final)

Classif. 301.451.960.81
Autor m 865b
V. Ex.
Código BCI 152245
IFCH 35323
3N 000269743

Direitos reservados

global editora e distribuidora ltda.

Rua França Pinto, 836 — CEP 04016

Fone: 572-4473 (tronco chave)

Caixa Postal 45329 — 01000 — V. Mariana

São Paulo - SP.

N.º de catálogo: 1450

CIÊNCIA E CONSCIÊNCIA

O homem é um movimento para o mundo e para o seu semelhante. Movimento de agressividade, que engendra a sujeição ou a conquista; movimento de amor, entrega, termo final do que se convencionou chamar de orientação ética. Toda a consciência parece poder manifestar, simultaneamente ou alternativamente, estas duas componentes. Energeticamente, o ser amado apoiar-me-á no assumir da minha virilidade, enquanto que o cuidado de merecer a admiração ou o amor de outrem tecerá ao longo da minha visão do mundo uma superestrutura valorizante.

Frantz Fanon

que o cerca e à sua situação neste mundo. O negro que numa *democracia racial* está sendo dizimado sob o olhar complacente não apenas dos racistas convictos, mas, também, o que é mais incongruente, da opinião liberal-conservadora, herdeira do liberalismo escravista de antes da Abolição. O problema do negro no Brasil, até hoje desprezado como dilema nacional é visto apenas como tema de pesquisa universitária. Chegamos, porém, a um ponto crítico: de um lado a posição tradicional dos diversos setores que teimam em não aceitar a existência de um movimento social negro emergente, e, de outro, os negros que estão se conscientizando de que são uma força tanto maior quanto mais organizada e continuadora de um pensamento popular e revolucionário.

Como será resolvido este impasse ainda não sabemos: acreditamos, contudo, que, a partir de agora, nenhum problema político de base poderá ser resolvido sem que se leve em conta a importância e a força desse movimento.

INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA ESTRUTURA E COMPORTAMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

1

O Brasil tem características específicas em relação aos demais países da América do Sul na sua formação e desenvolvimento econômico, social, político e cultural. No entanto, como os demais, esteve subordinado ao sistema colonial, inicialmente, e, em seguida, ao sistema imperialista mundial. Isto deve servir como guia de análise e levar-nos a fazer uma série de observações para esclarecer a situação em que se encontra o Brasil, especialmente no seu relacionamento inter-étnico, as conotações ideológicas específicas criadas para justificar (teórica e empiricamente) tanto o sistema colonial, no passado, como o imperialismo no presente, e, ao mesmo tempo, como foi possível manterem-se os mecanismos determinantes da formação e desenvolvimento de uma ideologia mistificadora como a da *democracia racial*.

Parece-nos que o mais importante como caráter diferenciador entre as sociedades formadas nos demais países da América do Sul e o Brasil, é a proporcionalidade da escravidão negra, a sua duração, a sua distribuição geográfica e as soluções encontradas para a sua extinção.

Sem querermos entrar em análises comparativas, devemos salientar, porém, que em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão importante numericamente, teve distribuição de âmbito nacional e durou tanto tempo como no Brasil.

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante — por exemplo a Colômbia e o Peru — houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram concentrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo.

O sistema escravista imporá o seu ritmo de desenvolvimento e crescimento a todos os demais níveis de interação da sociedade brasileira, fazendo-nos, como não podia deixar de ser, em consequência do pequeno nível de dinamismo desse tipo de sociedade, um país com atrasos históricos, sociais, políticos e culturais imensos, conforme veremos depois. O sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações interétnicas.

Destacando este caráter nacional da escravidão brasileira, Skidmore escreve: "Como resultado, todas as regiões geográficas importantes tinham um percen-

tual significativo de escravos entre a sua população total. Em 1819 conforme estimativa não oficial, nenhuma região tinha menos de 27% de escravos na sua população total. Quando a campanha abolicionista começou, os escravos estavam concentrados, em números absolutos, nas três províncias cafeicultoras importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vistos como uma porcentagem da população total de cada região, no entanto, eles continuavam a se distribuir de maneira notadamente uniforme. Em 1872, quando os escravos eram 15,2% dos habitantes do país, nenhuma região tinha menos de 7,8% de sua população total em regime de escravidão, e a sua taxa mais alta era de apenas 19,5%. A escravidão tinha se espalhado num grau notavelmente similar em cada região do país".¹

Quanto ao conteúdo das relações interétnicas veremos, no decorrer deste trabalho, como foi montado pelas classes dominantes, quer no Brasil Império ou República, um mito ideológico escamoteador de uma realidade altamente conflitante: o mito da *democracia racial*. Este engodo ideológico surgiu da necessidade de o colonizador português estabelecer dobradiças amortecedoras das contradições raciais que se apresentavam como ameaça de conflito social e racial permanente. A população negra, no Brasil, até meados do século XIX era superior à branca. Para que a grande massa mulata (negra, portanto) não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos escravos, abria-se, para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade, e, com isto, escamotear o fundamental que era justamente a contradição entre senhores e escravos.

Da necessidade do trabalho escravo subordinado ao sistema colonial, formou-se, no Brasil, uma sociedade poliétnica para produzir esse tipo de economia, e, ao mesmo tempo, uma ideologia capaz de amortecer a luta entre senhores e escravos. O exemplo do Haiti ainda era muito recente e abriu-se, no Brasil, um dreno amortecedor, dando-se ao mulato um *status* étnico que ele não teve e não tem nos Estados Unidos. Como produtor básico da nossa economia, o escravo negro era considerado *coisa*, enquanto o mulato livre podia ter trânsito em alguns espaços da sociedade escravista.

O sistema colonial no Brasil atua conseqüentemente com certas particularidades. Não se interessa pelo aproveitamento do trabalho do indígena; na comparação que faz entre as possibilidades das técnicas produtivas nativas e o valor da terra, cultivada por populações ligadas à agricultura, opta pelo extermínio das primeiras, a ocupação da terra e a importação, em larga escala, do negro africano como trabalhador básico. Enquanto em guerras sucessivas — Confederação dos Tamoios, Confederação dos Cariris, Confederação dos Guerens,

1. Skidmore, Tomas E.: — O Negro no Brasil e nos Estados Unidos, in *Argumentos*, Ano I Nº 1, p. 44.

entre outras — o índio é praticamente dizimado e/ou lançado para linhas divi-sórias cada vez mais distantes, o tráfico de escravos negros instala-se no Brasil como o elemento mais importante entre os mecanismos mantenedores do sistema escravista. Não iremos traçar, aqui, a grande tragédia que foi o extermínio das populações indígenas, extermínio que continua até os nossos dias. Este extermínio poderá ser tomado como um capítulo específico no processo de dominação colonial, mas está ligado, por uma série de elos de conexões, ao problema da escravidão negra no passado e à situação de marginalização do negro no presente.

As antigas terras indígenas são ocupadas pelo colonizador português e o negro é trazido para trabalhar nas mesmas. Estão, portanto, montadas as bases do escravismo colonial que durante quase quatrocentos anos imprimiu o ritmo de desenvolvimento interno da nossa economia, da nossa vida social e da nossa cultura. Os índios cruzados com os brancos iriam constituir a grande plebe cam-pesina e os negros seriam as populações ligadas ao trabalho escravo, juntamente com os pardos que não conseguiram carta de liberdade. Essas classes e camadas poliétnicas foram constituídas em conseqüência da destruição quase total do índio dono da terra, o cruzamento posterior de alguns desses grupos sobrevi-ventes com o colonizador, e, basicamente, através do tráfico de escravos negros vindos da África. O tráfico de escravos, dentro do contexto do sistema colonial será, por sua vez, um dos grandes fatores de acumulação capitalista das me-trópoles.

Formadas as grandes companhias apesadoras de negros africanos, os prin-cipais países europeus (Portugal, Inglaterra, Dinamarca, França, Holanda) dele se beneficiarão durante longo período, contribuindo para a consolidação e dina-mização do escravismo nas regiões periféricas e do capitalismo comercial, mer-cantil e posteriormente industrial das metrópoles.

Alguns dados ilustrativos mas não definitivos da realidade e meramente aproximativos (pois havia a necessidade de esconder-se o contrabando) dão uma visão desse comércio e da sua importância:

1680-1786: — Escravos importados para as colônias inglesas da América: 2.130.000; só a Jamaica importou 40.000 escravos.

1776-1800: — Uma média de 74.000 escravos por ano foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.

Média anual para os ingleses: 38.000; portugueses: 10.000; holandeses: 4.000; franceses: 20.000 e dinamarqueses 2.000.

Conforme já dissemos, a existência do contrabando e outros fatores que influíram para minimizar o reflexo do tráfico, impedem que se tenha um apa-nhado exato do número de africanos importados na chamada *diáspora negra*. Vários estudiosos já abordaram o assunto, mas a nós parece que até hoje o nú-mero exato de negros africanos escravizados é desconhecido e não haverá mais possibilidade de se chegar a um levantamento estatístico exato.

O certo é que, para estruturar-se o modo de produção escravista, os negros foram espalhados nacionalmente aqui no Brasil, conforme já foi visto. Para Artur Ramos esses estoques foram distribuídos da seguinte forma:

1. Bahia, com irradiação a Sergipe, onde os negros escravos foram distribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau e serviços domésticos urbanos e posteriormente os serviços de mineração na zona diamantina;

2. Rio de Janeiro e São Paulo, onde os negros foram encaminhados aos trabalhos das fazendas açucareiras e cafeeiras da Baixada Fluminense e serviços urbanos;

3. Pernambuco, Alagoas e Paraíba, focos de onde irradiou uma enorme atividade nas plantações de cana-de-açúcar e algodão do Nordeste;

4. Maranhão com irradiação no Pará, foco onde predominou a cultura de algodão;

5. Minas Gerais, com irradiação para Mato Grosso e Goiás nos trabalhos de mineração do século XVIII.²

A base que produzia a dinâmica econômica dessa sociedade de escravismo colonial era a agricultura de exportação e a mineração. Por seu turno, para que se mantivesse esse dinamismo, havia necessidade do tráfico permanente de negros vindos da África, pois as condições sob as quais trabalhava o escravo negro levavam a que a sua média de vida produtiva fosse baixíssima: sete anos. O tráfico de escravos servia, portanto, para — internamente — manter o equilíbrio demográfico da estrutura e — externamente — contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles européias.

Esta dupla função era conseguida através daquilo que se convencionou chamar de *tráfico triangular*. Ora, o simples fluxo de escravos africanos vendidos não explicaria a importância que o tráfico teve no processo de acumulação capitalista nas suas respectivas metrópoles. Isto somente seria possível através dessa modalidade de tráfico. Nesse processo, a Inglaterra, França e América Colonial forneciam as exportações e as embarcações; a África, a mercadoria humana e as plantações das colônias as matérias-primas que seriam enviadas às metrópoles como conclusão desta triangulação.

Para que esse tipo de comércio funcionasse sem contradições profundas, havia necessidade de um mecanismo regulador e controlador indispensável: o monopólio comercial.

O tráfico triangular criou, na Inglaterra, um ramo de capitalismo que poderíamos chamar de *negreiro*, porque todo ele estava subordinado ao desenvolvimento do tráfico triangular. Consistia em empresas de transporte naval e construção de barcos, fato que, por outro lado, determinava o crescimento de

2. Ramos, Artur: — Introdução à Antropologia Brasileira. Ed. da Casa do Estudante do Brasil, R. de Janeiro, 1º vol. 1943, p. 324.

idades, portos de mar como Bristol, Liverpool e Glasgow e a criação de indústrias fornecedoras de mercadorias ao tráfico triangular: tecidos de seda e comuns (o *pano da África*), escopetas, pólvora, munições de um modo geral, sabres, barras de chumbo, barras de ferro, artigos de ferro diversos, artigos de barro e cristal, colares, tecidos estampados e muitos outros.³

Este conglomerado de pequenas empresas industriais será o municador da primeira etapa do tráfico triangular: a troca de mercadorias por seres humanos. A segunda etapa será a troca de seres humanos por mercadorias, produtos coloniais. A terceira será a troca dessa mercadoria por dinheiro nas metrópoles.

Se a Inglaterra tinha a Companhia das Índias para executar esse tipo de comércio, os outros países traficantes montaram empresas idênticas para a manutenção do monopólio de comércio colonial. Portugal, em relação ao Brasil, criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Conforme escreve um estudioso da primeira delas "o grande impulso da política colonial do mercantilismo português data, porém, da abertura da segunda metade do século XVIII com a administração pombalina. O estabelecimento de Companhias privilegiadas era, então, deveras concordante com a política do ministro de D. José I. Conhecedor do sucesso britânico, Pombal aplicou os ensinamentos aprendidos em Londres. Versado na intriga internacional, o déspota viu no sistema das Companhias o mais eficiente de livrar o reino e o império da ação sorvedoura do capitalismo estrangeiro fielmente representado pelas sucursais inglesas, estabelecidas em Lisboa". (...) "As companhias prestavam-se, ademais, à planejada investida pombalina contra o poder político dos jesuítas. A intervenção da monarquia constitui parte essencial do processo fomentista de ultramar. Pombal apadrinhou as Companhias por ver nelas os meios de fortalecer seu despotismo. Entrelaçam-se, com efeito, os dois objetivos do Estado absolutista. O fomento ultramarino era, assim, um apêndice inseparável da política de Sebastião José de Carvalho e Mello, bem como um auxiliar necessário do seu programa de desenvolvimento econômico e defesa do patrimônio da coroa".⁴

Racionalizado esse processo pela Holanda, Inglaterra e Portugal iniciou-se depois, através do tráfico triangular, o saque às colônias.

Caracterizando a essência dessas companhias, Marx escreve que "o regime colonial deu um grande desenvolvimento à navegação e ao comércio. Daí nascerem as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios que serviram de poderosas alavancas à concentração de capitais. O regime colonial — prossegue Marx — assegurou os mercados às nascentes manufaturas, aumentando a facilidade de acumulação, graças ao monopólio do mercado co-

3. Mais detalhes sobre o tráfico triangular ver o livro de Eric Williams "Capitalism and Slavery" no qual, aliás, nos baseamos para expô-lo.

4. Dias, Manuel Nunes: — A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Ed. Universidade Federal do Pará, Belém, 1970, 1º vol., p. 76.

lonial. Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa, por meio do trabalho forçado dos indígenas reduzidos à escravidão, pela concessão, a pilhagem e a morte, refluíam à mãe pátria para funcionar aí como capital. A verdadeira iniciadora do regime colonial, a Holanda, tinha já em 1684 alcançado o apogeu da sua grandeza. Ela era possuidora quase exclusiva do comércio das Índias Orientais e das comunicações entre o sudeste e o noroeste da Europa. Seus barcos de pesca, suas marinhas, suas manufaturas, superavam as dos outros países" (...) "Em nossos dias a supremacia industrial implica na supremacia comercial; mas na época manufatureira propriamente dita é a supremacia comercial que dá a supremacia industrial".⁵

Havia mais, no entanto. Havia a necessidade de ideólogos que justificassem o saque colonial e a escravidão negra que lhe era inerente.

Mesmo um iluminista como Montesquieu, que condenava a escravidão teoricamente, quando chega no particular da escravidão negra é taxativo e brutal: "Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que eu diria:

Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram de escravizar os da África a fim de utilizá-los no desbravamento das suas terras.

O açúcar seria muito mais caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos.

Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los.

Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (...) É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, de os considerarmos homens, começaríamos a acreditar que nós próprios não somos cristãos".⁶

Formada esta unidade mercantil-ideológica, inicia-se o processo de capitalização nas metrópoles e descapitalização nas colônias.⁷ Esta descapitalização permanente cria os primeiros germes de uma contradição que irá se aprofundando progressivamente à medida que os elementos de crise da nossa economia interna se agravam, e, ao mesmo tempo, a metrópole continua exigindo o crescente ritmo de exploração colonial. Isto tornava cada vez mais difícil esta capitalização na colônia e tal dificuldade irá refletir-se, posteriormente, no modelo das nações que irão surgindo nas regiões colonizadas e por este mecanismo descapitalizadas, de modo especial o Brasil.

5. Marx, Karl: — A Origem do Capital (A acumulação primitiva). Ed. Fulgor, São Paulo, 1964, pp. 99/100.

6. Montesquieu: — Do Espírito das Leis. São Paulo, 1973, p. 215.

7. Por isto, diz Marx: "Não há dúvida de que vários chefes de corporação, muitos

Diz Afonso Arinos, citado por Ivan Pedro de Martins: "Em meados do século XVI, a produção da América Portuguesa já era superior à da América Espanhola. Fernão Cardim, Gabriel Soares e o Padre Anchieta, todos cronistas quinhentistas, nos dão a cifra de 300.000 arrobas para a produção anual do açúcar brasileiro, no fim da centúria (mais ou menos 4.500 toneladas)."

Em princípios do século seguinte — segundo os Diálogos das Grandezas do Brasil — a produção vai ao dobro, 600.000 arrobas, que se vendiam a 300.000 cruzados — ou mais de 40 milhões de cruzeiros atuais. Essa riqueza só tendia a aumentar e o valor dela em ouro dividido pelo número de habitantes dá a maior renda *per capita* em toda a nossa história."⁸

No entanto isto não contribuiu para a acumulação de capitais nacionais de forma relevante. Pelo contrário. A descapitalização ou a capitalização em proporções insignificantes das colônias era um mecanismo inerente a esse tipo de economia e irá determinar, em linhas gerais, o modelo subsequente que se formará: o capitalismo dependente. No Brasil isto irá influir na estruturação e comportamento das classes que irão se estratificando com reflexos visíveis até os nossos dias.

artesanos independentes e até operários assalariados, tenham conseguido ser, no princípio, capitalistas incipientes, e, pouco a pouco, em virtude de uma exploração cada vez mais intensa do trabalho assalariado, seguida de uma acumulação correspondente, tenham saído por fim da sua casca capitalista completos. A infância da produção capitalista oferece, sob mais de um aspecto, as mesmas faces da infância da Idade Média, de onde a questão de saber quais dos servos evadidos seria o amo e qual o criado, era em grande parte decidida pela data mais ou menos antiga da sua fuga. Não obstante, esta marcha a passo de tartaruga não correspondia de forma alguma às necessidades comerciais do novo mercado universal, criado pelos grandes descobrimentos dos fins do século XV" (...) "O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas da América; a redução dos indígenas à escravidão; seu internamento nas minas ou sua exterminação; o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais e a transformação da África em uma espécie de coelheira comercial para a caça aos negros, eis aí os processos idílicos da acumulação primitiva que assinalam a era capitalista em sua aurora." (...) "Os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista faz nascer são repartidos em primeiro lugar, em ordem mais ou menos cronológica, em Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, até que esta última as combina todas no último terço do século XVII, em um conjunto sistemático, abrangendo ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos apóiam-se no emprego da força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E com efeito, a força é a parteira de toda velha sociedade nas dores do parto. A Força é um agente econômico." (Marx, Karl: — A Origem do Capital (A acumulação primitiva) Ed. Fulgor, São Paulo, 1964, pp. 93/5).

8. Martins, Ivan Pedro de: — Introdução à Economia Brasileira, Ed. José Olympio, R. de Janeiro, 1961, p. 25.

No auge desta produção de artigos coloniais há uma imbricação, uma identificação entre a *divisão social do trabalho* e a *divisão racial do trabalho*. No caso do Brasil quem trabalhava nessa economia escravista era o negro. Daí porque quando o Brasil emerge como nação, suas classes dominantes têm de criar, também, o ideal de um *tipo nacional* e esse tipo escolhido é exatamente o oposto daquele que produzia a riqueza: é o modelo do antigo colonizador. Nessa sociedade poliétnica, com enormes contingentes de negros escravos e forros, mulatos, curibocas, mamelucos e frutos de outros cruzamentos, o ideal escolhido como superior foi o *branco*. Criam-se, então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente. Era, portanto, uma inversão de valores que se fazia e as classes dominantes impunham a ideologia do colonialismo, sendo o branco o ideal a ser atingido. No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do *branqueamento*. Os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática têm, também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é *branco*. Todos procuram, por isto, dar as costas às suas matrizes étnicas e se voltam para o modelo branco como o objetivo a ser alcançado. Com isto se desarticula a consciência étnica desses segmentos, isolando-se, por outro lado o negro feno/genotípico o qual passa a ser radicalmente discriminado, inclusive pelos mulatos e outros produtos da mestiçagem, através de uma política de peneiramento das mais eficazes, e, ao mesmo tempo impossível de ser localizada para ser combatida.

Para tal, como complemento, criou-se o mito da benignidade da escravidão no passado e da *democracia racial* no presente. A permanência da escravidão até 1888, inibiu e traumatizou todas as possibilidades de uma alternativa democrática para a sociedade brasileira, especialmente nas relações inter-étnicas. Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa intensamente, nós aqui ainda permanecíamos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram a escravidão colonial por tanto tempo e tão intensamente. Os latifúndio escravista impedia a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade de criar-se uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época.

O Brasil, por estas razões, não conseguiu acumular capitais capazes de livrá-lo de desembocar, obrigatoriamente, no modelo de capitalismo dependente. Uma coisa foi decorrente da outra. Somos, por isto, um país estruturalmente atrasado. Vejamos, a título de simples verificação, alguns desses atrasos, comparados com o dinamismo do capitalismo industrial europeu.

- O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels é de 1848.
- A Lei Eusébio de Queirós que extingue o tráfico de escravos africanos no Brasil é de 1850.
- A Comuna de Paris é de 1871.
- A Lei do Ventre Livre é de 1871.

O atraso social e político, como vemos, é gritante. Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas desenvolvidas. O fator fundamental desse atraso era o escravismo colonial. Não é por acaso, portanto, que o traficante é aquele segmento que consegue acumular capitais ponderáveis. Quando Mauá procura fundar o segundo Banco do Brasil, recorre aos seus capitais que, com a Lei Eusébio de Queirós, estavam imobilizados.⁹

Por outro lado, as áreas em expansão *modernas* — bancos, portos, estradas de ferro, empresas de transporte urbano e iluminação — são dominadas pelo capital estrangeiro que ocupa aqueles espaços econômicos da estrutura que teoricamente deviam ser preenchidos pelos capitais de uma burguesia nacional que não se completou. O escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui.

A formação do capitalismo dependente, modelo que é altamente competitivo nas poucas áreas de prestígio, dinamismo e/ou lucrativas, cria, no outro pólo, grandes contingentes espoliados. Para compreendermos melhor esta dinâmica de sujeição/dominação como funciona atualmente, vejamos a nossa situação pouco antes da Abolição, ou seja, em 1882: População incluindo-se as cinco principais Províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro): trabalhadores livres: 1.433.170; trabalhadores escravos: 656.540 e desocupados 2.822.583. Como podemos ver, o número de desocupados é imenso e será o componente da franja marginal que caracterizará o capitalismo dependente que emerge desta situação. Esses grandes segmentos marginais estruturalmente subordinados do modelo, serão compostos por negros e mestiços diretamente cruzados com eles.

9. Mauá escreve nas suas memórias: "Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a *vontade nacional* estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-lo convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável. (...) Consegui formar uma Diretoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, diretoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primitivo Banco do Brasil" (Visconde de Mauá: — Autobiografia, com prefácio de Cláudio Ganns, Ed. Pongetti, R. de Janeiro, 1942, pp. 126/27).

A Abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. Isto determina um trauma naquelas populações negras e mestiças egressas das senzalas que ficam sem ter onde se situar social e economicamente nesse tipo de estrutura. Por outro lado, continuamos dependendo de uma economia de exportação e de um produto exclusivo: o café. Com a importação maciça de imigrantes europeus (brancos), vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, especialmente em São Paulo e nas demais zonas urbanas em desenvolvimento. O imperialismo entra como o componente externo de dominação da mesma forma como o sistema colonial dominou o modelo escravista. Essas populações, por isto, não são aproveitadas e quando, em conseqüência de solicitações do mercado internacional, há necessidade de abrirem-se áreas pioneiras, em São Paulo, para a lavoura do café, vai-se procurar o japonês, deixando-se na marginalidade a população negra.

Isto, porém, fazia parte do mecanismo regulador do processo de dominação do imperialismo que exige, nas áreas de capitalismo dependente, grandes contingentes nativos marginalizados. Ao mesmo tempo, como elemento de controle social e político, descarta-se a prática de uma política democrática. O modelo que substitui o escravismo poderá ser definido da seguinte maneira: a) falta de um capitalismo nativo em proporção capaz de dar-lhe autonomia nacional; b) conservação da propriedade latifundiária; c) subordinação aos grupos, interesses e nações imperialistas; d) existência de um aparelho de Estado altamente repressivo para impedir as manifestações da plebe marginalizada; e) a conjugação de formas arcaicas de produção e dominação com formas modernas, fato que, ao invés de resolver os problemas internos, agrava-os ainda mais e, finalmente, uma distribuição de rendas altamente concentrada.

O imperialismo permite a formação de um capitalismo dele dependente — parcial ou totalmente — nos países periféricos com a concomitância de grandes áreas marginalizadas, oprimidas por um aparelho de Estado autoritário, despótico na sua essência e com pólos de segurança endógenos. Não se forma, em conseqüência desse conjunto de situações que se cruzam na estrutura, um mercado interno altamente desenvolvido e diferenciado a não ser para artigos de bens de consumo produzidos pelas chamadas multinacionais e cujos capitais retornam às metrópoles em forma de lucros máximos. Em conseqüência, não se estrutura uma burguesia nacional significativa como classe e ideologicamente independente, capaz de conduzir as formas de lutas que possam modificar o conteúdo do modelo atual. Não há, por isto, possibilidades efetivas de se fazer a revolução burguesa com e por essas burguesias nativas.

Numa sociedade como a brasileira, com grandes contingentes marginalizados, a fim de manter-se o nível de lucro máximo das multinacionais, remanipula-se intensamente o símbolo do homem brasileiro como sendo o branco, para que o negro seja atirado às últimas franjas da sociedade como o antimodelo nacional.

Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebéias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro *sob controle*. E a repressão do aparelho policial entra em contato corpo-a-corpo com o negro e segmentos marginalizados. A imagem do negro, por isto, passa a ser a de um desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. Podemos falar de um ítalo-brasileiro, um luso-brasileiro, um nipo-brasileiro como descendentes das suas respectivas matrizes colonizadoras naturalmente. Mas, quando se fala em afro-brasileiro a coisa muda e há uma série de restrições ao termo e de medidas repressivas porque o negro tem de ser apenas o cidadão sem raízes culturais, sem historicidade. Tem de ser apenas o ex-escravo.

Por tudo isto, durante a nossa formação histórica, as massas plebéias nas quais o negro se encontra em maioria esmagadora, foram as únicas que tentaram romper as estruturas desses dois modelos. No primeiro (o escravismo colonial) o único movimento que colocou em perigo a sua estabilidade foi a República de Palmares. Após a Independência, são movimentos como a Cabanagem (1835-1838), a Balaiada (1835) e a Revolução Praieira (1848) que procuram, através da violência, desarticular e desmontar o modelo que estava se formando, saído das entranhas do escravismo.

Do primeiro desses movimentos — Palmares — podemos dizer que de 1650 a 1695, organizou-se na estrutura do escravismo colonial outro modelo que a ele se opunha frontalmente. Mas as estruturas de poder coloniais não podiam deixar que esse modelo se desenvolvesse e estabeleceu contra ele a mais feroz repressão. A sua destruição representou o fim da maior iniciativa realizada contra o regime escravista. Para que se tenha uma idéia aproximada das proporções da República de Palmares, basta que se veja as forças necessárias para destruí-la. Segundo Décio Freitas "em dezembro (1693) teve início a concentração de efetivos em Porto Calvo. Chegaram primeiro uns três mil homens — brancos, índios, mamelucos e negros do Terço dos Henriques — recrutados em Olinda, Recife e lugares circunvizinhos. O presídio de Recife foi literalmente esvaziado e os presos organizados em um corpo sob o comando do capitão de infantaria Bartolomeu Simões da Fonseca". (...) "Este exército somava ao todo — incluindo as forças de Domingos Jorge Velho — mais ou menos nove mil homens. Chega-se a mencionar um total superior. O historiador alagoano Moreno Brandão fala em onze mil, mas essa cifra é escassamente objetiva. Em todo caso, eram forças militares como nunca antes a Colônia vira. Pode-se aquilatar a sua importância à luz do fato de que os holandeses haviam conquistado Pernambuco com pouco mais de sete mil homens. Não foi senão nas lutas pela Independência

dência que se chegou a reunir um exército mais numeroso, cerca de quatorze mil homens".¹⁰

Aquilo que poderíamos chamar de revoltas da plebe, esmagadas violentamente pela estrutura de poder dominante (a Cabanagem deixou um saldo de quase 40.000 mortos), servem para desarticular o sistema e conseqüentemente dinamizar a sociedade brasileira através da violência. No Brasil republicano temos o exemplo da revolta da Marinha, liderada pelo marinheiro João Cândido, para constatar-se como a violência contra os movimentos negros e populares chegam a níveis genocídicos.¹¹

Enquanto isto, no pólo institucional e nas áreas econômicas que se desenvolvem, o imperialismo penetra folgadoamente e a burguesia brasileira capitula ou se acomoda, encolhe-se numa sanfona política que vai de 1930 a 1964, como marcos significativos. E neste processo ela tem de assimilar, também, a ideologia do imperialismo.

O negro, por isto mesmo, é apresentado como o modelo do delinqüente da nossa sociedade. De Zumbi a João Cândido, nunca o negro foi julgado como preso político, mas, sempre, como criminoso comum. A imagem do negro criminoso, bicho-papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso contumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente do brasileiro. Essa imagem, esse símbolo, não passa de uma justificativa das classes dominantes no sentido de mantê-lo nas favelas, alagados, cortiços, pardieiros e invasões, de um lado, e, de outro, impedir que os trabalhadores engajados no processo de trabalho reivindicuem melhores condições de vida e distribuição de renda, porque há permanentemente, uma massa de pressão marginalizada mantida pelo modelo neste sentido.

Este impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. Não há mais possibilidades de governar-se como antigamente, nem o povo, as massas trabalhadoras e/ou marginalizadas aceitam ser governadas como eram. De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de Estado cada vez mais sofisticadamente violento, e, também, através de uma estrutura político-legislativa e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique. Além disto, pode usar os órgãos de comunicação de massas para neutralizar ou minimizar a conscientização das grandes camadas oprimidas a que já nos referimos.

10. Freitas, Décio: -- Palmares -- a guerra dos escravos, Ed. Movimento, P. Alegre, 1973, pp. 155/6.

11. Movimentos desse tipo como Canudos, Caldeirão, Contestado, Pau-de-Colher e Muckers, entre outros, comprovam como somente a plebe oprimida conseguiu abalar ou ameaçar as estruturas dos modelos que aconteceram diacronicamente no Brasil: o escravismo e o capitalismo dependente.

Do ponto de vista econômico a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) poderá fazê-la. O contramodelo, pela primeira vez em nossa História, tem possibilidades de romper a carapaça do modelo atual e colocar, no seu lugar, a sua negação dialética, ou seja: o modelo socialista.

E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução.

ESCRAVISMO, COLONIALISMO, IMPERIALISMO E RACISMO

1

Estamos na década do centenário da Abolição da escravidão negra no Brasil. O fato histórico-social mais importante para a formação da nação brasileira — quase quatrocentos anos de escravismo colonial — parece, no entanto, que não sensibiliza ou estimula muito os nossos sociólogos e historiadores mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo, assim, de uma análise mais profunda do modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou em nossa sociedade atual.

Para nós, porém, não se estudar os quase quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção e distribuição, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana no seu contexto — exploradores e explorados — é descartar ou escamotear o fundamental.

Mantido o sistema escravista, o escravo passou a ser visto como semovente e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse sem verticalidade; a sua reumanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação como escravo. Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem *devoir* porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é um exemplo típico do homem alienado. E, por isto mesmo o tempo em que durou o escravismo foi definitivo na plasmação do *ethos* do nosso País. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contravalores, o escravismo ainda é hoje o período de nossa História social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* política coerente no presente.

Na sua moldura básica aflora uma série de movimentos projetivos, contestatórios e/ou reivindicatórios, uns mais radicais, outros estrutural e ideologicamente mais limitados, porém todos tendo como referencial básico o trabalho escravo, o modo de produção escravista: a necessidade de sua permanência ou substituição. Estratificada a sociedade escravista brasileira, todos os movimentos de mudança social tinham de partir da análise do conteúdo das relações entre escravos e senhores e a possibilidade e/ou necessidade da sua substituição por outro regime de trabalho.

É evidente que quando se fala de escravidão, por concomitância pensa-se no negro no Brasil.

As modernas pesquisas sobre o negro, no entanto, fazem simples levantamentos empíricos, quantitativos, os graus de preconceito racial, de marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra. A sociedade

de modelo capitalista dependente que substituiu a de escravismo colonial consegue apresentar o problema do negro no Brasil sem ligá-lo ou ligando-o insatisfatoriamente às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro, procura apagar a sua memória histórica a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico.

Porque situá-lo historicamente é vê-lo como agente dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. É, por outro lado, revalorizar Palmares, único acontecimento relevante que conseguiu pôr em xeque a economia e a estrutura militar colonial e valorizar convenientemente as lideranças negras de movimentos como as revoltas escravas na Bahia de 1807 a 1844. É destacar como sendo de personagens históricos os nomes de Pacífico Licutã, Elesbão Dandarã, Luís Sanin, Luíza Main e muitos outros negros que lutaram contra a escravidão. É situá-lo no âmago da revolta dos Alfiates de 1798, na Bahia. É finalmente mostrar o lado dinâmico da escravidão no Brasil, ou seja, o chamado lado negativo: suas insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais havidos, a partir da iniciativa dos escravos, ou camadas populares, durante aquele período.

Esta revalorização do passado histórico do negro no sistema escravista, mostrará a sua participação em movimentos que determinaram as principais mudanças sociais no Brasil, mas, ao mesmo tempo, demonstrará o seu isolamento político após essa participação, criado pelos centros deliberantes que surgiram através dessas reformas e mudanças. O negro, durante a escravidão, lutou como escravo por objetivos próprios. Mas lutou, também, em movimentos organizados por outros segmentos sociais e políticos. A sua condição de escravo, porém, levava a que — mesmo nesses movimentos projetivos — ele não fosse aproveitado politicamente. Após a Abolição o mesmo acontece. O negro ex-escravo é acionado em movimentos de mudança social e política, participa desses movimentos, mas é preterido, alijado pelas suas lideranças após a vitória dos mesmos.

Não podemos ver, por isto, como certos marxistas de cátedra, o problema do negro brasileiro como simples problema de classe, embora esteja embutido nele e dele faça parte integral. É simplificar — dentro de categorias muito gerais — um problema bastante mais complexo. Partindo esses cientistas sociais da idéia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema do negro.

Olhando o negro brasileiro sem ter estudado o seu comportamento no passado, a não ser através de uma ótica acadêmica, mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar seus esquemas metodológicos. Como dissemos, o problema

da escravidão que perdurou *nacionalmente* durante quase quatro séculos tem menos importância para eles do que o surto migratório que veio basicamente após 1888 e formou uma população livre superposta à negra composta de escravos, numa sociedade que ainda tinha (como tem até hoje) na sua estrutura, gravadas fortemente grande parte dos elementos negativos do escravismo.

Do ponto de vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era *apagar a mancha*. Ruy Barbosa manda queimar os arquivos alfandegários e o governo brasileiro entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra então em funcionalidade a ideologia do *branqueamento* que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua auto-análise.

O colonizador luso estabeleceu, no Brasil, um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma *verbalização democrática* e um comportamento autoritário e racista. Isto levou a que grandes segmentos negros, tendo introjetado essa ideologia do colonizador, procurassem passar por *brancos*, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado, o *branco*. Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros, fujam das suas origens, procurando assimilar os valores e padrões brancos.

Assim como a escravidão horizontalizou o negro escravo, somente reumanizando-o através da revolta, da *práxis* revolucionária portanto, as estruturas de poder, após o 13 de Maio, querem esvaziá-lo, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente. Ele também somente se reidentifica em movimentos de protesto nos quais reencontra o seu passado étnico e cultural e se situa novamente como *Ser*. Os movimentos negros têm, contra si, por isto mesmo, a ideologia do *branqueamento* que é subjacente em nossa sociedade, além de outras cargas de etnocentrismo que atingem também a nossa intelectualidade.

Essas estruturas de poder, herdeiras da ideologia do colonizador escravocrata, acham que deve haver uma perspectiva *funcionalista* em relação ao problema Branco X Negro no Brasil, isto é, deverá haver uma divisão de funções sociais na qual o elemento *cor negra* deveria ser pacificamente aceito como inferiorizador, mas, ao mesmo tempo, o negro seria colocado em pé de igualdade com o branco em serviços para os quais o branco não está motivado e interessado por serem consideradas atividades inferiores.

Como vemos, essa divisão social do trabalho que correspondeu, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho por força da mão-de-obra ser praticada quase que exclusivamente pelos negros — divisão compulsória, portanto — agora é acionada no contexto competitivo, restringindo-se o espaço de mobilidade social do negro, reservando-se para ele apenas aquilo que o branco, por uma série de razões, descarta e despreza.

Esta divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada *democrática* pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes brasileiras atuais, ciclicamente aproveitada e dinamizada, introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o muitas vezes em reflexo e transmissor passivo do seu conteúdo. Essa ideologia de *dar as costas* às origens étnicas do negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente *aberta* vem acompanhada do mito da *democracia racial* que é um elemento desarticulador da consciência crítica e revolucionária do negro brasileiro. A chamada *democracia racial* é, portanto, o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro.

A sociedade competitiva que substituiu a escravista, favoreceu a continuidade dessa ideologia e fez com que algumas organizações negras procurassem assimilar certas normas de comportamento *brancas*, para não serem perseguidas em face de uma eventual radicalização dos seus propósitos. Criou-se, assim, um pacto implícito entre a ideologia do colonizado e a do colonizador.

A colonização no Brasil, feita por uma nação pobre e já decadente, tendo de enfrentar a realidade da colonização (mais de 50% dos seus habitantes eram negros) procurou estabelecer uma nova política de relações inter-raciais na qual haveria, sempre, a possibilidade de um branqueamento hipotético a nível individual (nunca massivo ou grupal) para alguns elementos do segmento negro.

Essa política, aparentemente democrática do colonizador, verá os seus primeiros frutos mais visíveis na base do aparecimento de uma *imprensa mulata* no Rio de Janeiro. Ela surgirá entre 1833 e 1867, aproximadamente, e terá caráter nacionalista, de um lado, porém, deixa de incorporar à sua mensagem ideológica a libertação dos escravos negros. Lutavam, também, contra a discriminação racial, mas na medida em que eles eram atingidos na dinâmica da disputa de cargos políticos ou burocráticos.

"Esses jornais — escreve uma historiadora — redigidos e impressos geralmente por mulatos, adotaram títulos identificadores como *O Mulato* ou *O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *O Meia Cara* e quem sabe outros mais, cujos exemplares não foram conservados e que poderiam nos ter fornecido valiosos elementos para novas abordagens no estudo das relações entre pretos e mulatos no Brasil. O cunho nacionalista desses jornais é claramente manifesto e a linha política extremada — republicana ou exaltada — e a razão é óbvia, pois eram os grupos que favoreciam as reformas radicais." E prossegue: "Com a Maioridade os problemas da aceitação do grupo 'não branco', em termos de igualdade com o grupo branco e as dificuldades de acesso aos postos mais elevados da vida pública, fizeram com que os mulatos agitassem a questão da discriminação, utilizando os jornais para tornarem conhecida toda a sua revolta. O interesse desses depoimentos está justamente na apresentação do

problema tal como foi visto e sentido pelos participantes, colorido pela própria vivência da situação.”¹

Ainda segundo a mesma autora “Os jornais foram então o elemento que serviu de veículo à discussão dos problemas da população de cor, durante a Menoridade, sobretudo no ano de 1833, ligando-o ao problema do nacionalismo. Pasquins de diversas correntes levantaram a questão racial, fosse por convicção, fosse por oportunismo ou mesmo interesses político-partidários”.

“Desta forma puderam também os homens de cor, livres, por meio da imprensa, ascender socialmente como profissionais, quer como técnicos, quer como intelectuais”.²

O que queremos registrar aqui é que esta elite negra que se intitula mulata — termo etimologicamente pejorativo — já procura dar as costas à grande massa que constituía a escravaria do leito e das minas e passa a reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos *homens livres* na ordem escravista. Há, portanto, uma fratura no comportamento do negro no Brasil, através dessa filosofia da mulataria.

1. Castro, Jeanné Berrence de: — “A Imprensa Mulata”, in suplemento de “O Estado de S. Paulo”, 2 de novembro, 1968.

2. *Idem, ibidem* — Ferdinand Denis registra esse fenômeno de mobilidade social individual do mulato brasileiro na estrutura escravista da seguinte maneira: “O que há sem dúvida de notável e o que tem já sido indicado com muita sagacidade é que a qualificação de mulato pertence, no Brasil, muito mais à legislação que à fisiologia. Como na origem a política excluía os mulatos de muitos cargos, a lei era incessantemente iludida; o título de branco sem mescla era concedido pelo Estado, mesmo pela sociedade, a todo mulato, contanto, sobretudo, que a sua pele não fosse trigueira. Se nossa memória nos ajuda, Henrique Koster cita a este respeito uma anedota local e verdadeiramente característica. — Certo estrangeiro interrogava um mulato acerca de um indivíduo que acabava de ser promovido ao posto de capitão-mor, e lhe perguntava se este não era mulato. Insistia o viajante para obter a explicação desta singular metamorfose; e aquele a quem interrogava e parecia perplexo se decidiu enfim a responder-lhe: era mas já não é; um capitão-mor não podia ser mulato.” (Denis, Ferdinand: O Brasil, Ed. Progresso, Salvador, 1955, 2 vols., I, p. 282.

Analisando criticamente esses mulatos que se afastavam dos negros, Luís Gama assim se expressa em versos satíricos: “Se negro sou ou sou bode, / Pouco importa. O que isso pode? / Bodes há de toda casta, / Pois que a espécie é muito vasta... / Há cinzentos, há rajados, / Baios, pampos e malhados, / Bodes negros, *bodes brancos*, / E, sejamos todos francos, / Uns plebeus, e outros nobres, / Bodes ricos, bodes pobres, / Bodes sábios, importantes, / E também alguns tratantes... / Aqui nesta boa terra, / Marram todos, tudo berra; / Nobres, Condes e Duquesas / Ricas Damas e Marquesas, / Deputados, senadores, / Gentis-homens, vereadores; / Belas damas emproadas, / De nobreza empantufadas; / Repimpados principotes, / Orgulhosos fidalgotes, / Frades, Bispos, Cardeais, / Fanfarrões imperiais, / Gentes pobres, nobres gentes, / Em todos *há meus parentes*. Entre a brava *militança* / Fulge e brilha alta *bodança*.” (Luís Gama: Trovas Burlescas & Escritos em Prosa, Ed. Cultura, S. Paulo, 1944, p. 99.) — Sobre o problema do mulato e a sua função de dobradiça social, ver Carl N. Degler: “Nem Preto nem Branco”, Ed. Labor do Brasil, 1971. Embora o autor nem sempre seja muito claro naquilo que seria mais conclusivo sobre a tese que expõe, deve ser consultado como subsídio indispensável ao conhecimento do problema.

Essa fratura verificada depois em outros níveis, poderá ser chamada de *democracia racial*? — Do ponto de vista que nos interessa particularmente aqui, há uma ruptura ou pelo menos uma profunda separação entre a elite negra brasileira que se desliga da sua consciência étnica, autodenominando-se mulata e a grande massa negra-escrava (composta também de milhares de *pardos*) das fazendas e da mineração. Essa mesma elite que, se tivesse consciência étnica de negro, iria compor as lideranças revolucionárias e abolicionistas, passa a lutar por reivindicações específicas, setorizando a luta do negro escravo contra o instituto da escravidão. A elite negra que surge com esses jornais e se autoqualifica de mulata, já se incorpora aos elementos constitutivos da estrutura ao nível de homens livres e é a partir desse nível que reivindica mais direitos. Reivindica reformas para si, dentro dos padrões da ordem escravista.

Tudo isto vai significar a desarticulação ideológica e política do segmento negro que passa a se compartimentar etnicamente, fragmentando-se ao invés de se unificar. Mais uma vez a velha política do colonizador de “dividir para governar” exerce a sua função desagregadora. O conceito de mulato passou, assim, a ser usado como uma dobradiça amortecedora, capaz de fazer funcionar essa política divisionista do colonizador português.

Esse gradiente racial que se formou desarticulando o negro, somente poderá ter funcionalidade a partir de outro conceito manipulado com o mesmo fim: o da existência de uma *democracia racial* no Brasil.

Por tudo isto faz-se o possível para que a escravidão seja esquecida e, quando lembrada, seja romantizada dentro de valores que dão vigamento ao conceito de *democracia racial*: o da benignidade da escravidão no Brasil. Para isto, certos sociólogos e historiadores dão uma série de *cortes* na interpretação da nossa história para que a escravidão seja minimizada ou colocada de tal forma que passe a ser uma escravidão diferente, benigna, cristã. Dando continuidade a este filão interpretativo, surge a tese do *homem cordial* que vem exatamente para querer provar que o *ethos* especial do brasileiro o coloca em uma posição de incompatibilidade congênita com qualquer regime opressivo ou autoritário (como a escravidão ou o fascismo) devido não ser da sua essência *cordial*. Esta visão impressionista das elites, do opressor, leva a que se tenha, em contrapartida, uma visão impressionista, reificada, do oprimido. Desta forma ao *cordial* dominante soma-se a do bom escravo passivo, brincando à sombra da casa-grande, muitas vezes filhos naturais dos seus senhores, e, no presente o negro que aceita os valores dessa democracia. No entanto, esta visão horizontal, ideológica e alienada do problema, poderá ser reanalisada a partir de critérios científicos capazes de restaurar essa realidade.

A sociedade escravista na própria produção da mercadoria, tinha elementos de tal forma alienadores que criava a incapacidade para o oprimido elaborar um projeto de ordenação social superior. Ficava na fronteira de pensamentos tópicos e utópicos, mas sem a possibilidade de serem postos em prática na ação

transformadora global. A própria classe escrava tinha um sistema de estratificação, estratificação que a diversificava a nível de *status*.

Para nós, numa primeira aproximação com o assunto e num esquema provisório e incompleto, podemos apresentar as seguintes categorias de escravos de acordo com o gênero de trabalho de cada um:

A — ESCRAVOS DO EITO E DE ATIVIDADES EXTRATIVAS

1. Na agropecuária; 2. Em atividades extrativas (congona, borracha, algodão, fumo, etc.); 3. Na agro-indústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares; 4. Nos trabalhos das fazendas de café e algodão diretamente ligados à produção agrícola; 5. Escravos na pecuária.

B — ESCRAVOS NA MINERAÇÃO

a — O escravo doméstico.

b — O escravo do eito e de atividades afins.

a) O escravo doméstico *urbano* poderá ser dividido em: 1. Escravos ourives; 2. Escravos ferreiros; 3. Escravos mestres de oficinas; 4. Escravos pedreiros; 5. Escravos taverneiros; 6. Escravos carpinteiros; 7. Escravos barbeiros; 8. Escravos calafates; 9. Escravas parteiras; 10. Escravos correios; 11. Escravos carregadores em geral.

b) O escravo do eito e de atividades afins 1. Escravos trabalhadores nas minas de ouro; 2. Escravos extratores de diamantes.

C — ESCRAVOS DOMÉSTICOS NAS CIDADES OU NAS CASAS-GRANDES

1. Escravos carregadores de liteiras; 2. Escravos caçadores; 3. Mucamas; 4. Escravas amas-de-leite; 5. Escravas cozinheiras; 6. Escravos cocheiros.

D — ESCRAVOS DE GANHO NAS CIDADES

1. Escravos barbeiros; 2. Escravos "médicos"; 3. Escravos vendedores ambulantes; 4. Escravos carregadores de pianos, pipas e outros objetos; 5. Escravos músicos; 6. Escravas prostitutas *de ganho*; 7. Escravos mendigos *de ganho*.

E — OUTROS TIPOS DE ESCRAVOS

1. Escravos *dos cantos* (de ganho); 2. Escravos soldados; 3. Escravos do Estado; 4. Escravos de conventos e igrejas; 5. Escravos reprodutores.

Esses diversos estratos dos cativos consideravelmente diversificados na divisão do trabalho se articulam e interagem internamente; mas apenas no espaço social escravo, procurando mobilidade social vertical e/ou horizontal. Essa mobilidade, porém, detém-se nas limitações da estrutura de classes escravocrata, somente a ultrapassando massivamente através das revoltas.

Nosso esquema, simplificado embora, mostra como o escravismo colonial no Brasil não era aquela *tábula rasa* de escravos à volta da casa-grande, movendo-se circularmente em volta do senhor. Devemos levar em conta o fato de que, quantitativamente, os escravos do eito na agropecuária, na agro-indústria e os usados na mineração, constituíam a grande maioria da população cativa. E era aí, justa-

mente, onde o aparelho repressor se concentrava com medo das fugas, da formação dos quilombos ou outras manifestações de inquietação ou rebeldia.

Os mecanismos de repressão, por outro lado, não se limitavam ao capitão-do-mato, pois havia todo um esquema oficial e extra-oficial de perseguição, apresamento e devolução do escravo. A postura do escravo negro, por outro lado, variava de acordo com a posição que ele ocupava no sistema de estratificação da classe escrava. É evidente que uma mucama, um escravo doméstico, morando na casa-grande e sofrendo o impacto ideológico do pensamento dominante (escravocrata) e já previamente selecionado a partir da sua compra, não tinha o mesmo potencial crítico ou revolucionário de um escravo do eito nos canaviais do Nordeste, na mineração de Minas Gerais, ou de um escravo "de ganho" urbano. Seria interessante fazermos uma análise vertical do possível comportamento do escravo a partir do esquema acima apresentado, porém aqui não há espaço para isto. O certo é que as revoltas dos escravos — quilombos, insurreições e guerrilhas — tiveram dois componentes sociais básicos: a) escravos do eito, da agricultura ou da pecuária, e, b) escravos das cidades, especialmente os de ganho.

As explicações que partem de uma pretensa benignidade da escravidão passando pela cordialidade do brasileiro, procuram, por isto mesmo, setorizar a escravidão no Brasil. Desta forma, para elas, teríamos uma escravidão patriarcal no Nordeste, uma escravidão adoçada pelo catolicismo em Minas e uma escravidão capitalista dos barões do café em São Paulo. Cada uma com nuances diferenciadoras; todas, porém, com o mesmo *ethos* democrático e dionísio, capaz de fazer com que os senhores e os escravos se identificassem empaticamente nas relações primárias, especialmente através das relações sexuais entre senhor e escrava. Esses fatos adoçariam as relações escravistas no Brasil.

Tais posições ideológicas, de diversos níveis, servem apenas para criar um verniz democrático naquilo que foi a mais despótica forma de exploração do trabalho humano, pois todo o sobretrabalho produzido pelo escravo era propriedade do senhor. Arredondar os ângulos agudos da escravidão no Brasil, fazê-la *diferente* do que ela foi no resto do mundo desde quando apareceu como forma de exploração do trabalho, foi a tarefa de centenas de sociólogos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos e demais intelectuais racionalizadores da nossa escravidão.

Desta forma, chegamos à década das comemorações do centenário da Abolição sem que sequer se tenha enfrentado o assunto/problema com a coragem e a honestidade científicas capazes de mostrar como o comportamento de grandes grupos e segmentos brasileiros, ao nível de dominação/subordinação, ambigüidade/agressão e outras dicotomias antagônicas são, ainda, reflexos dos quase quatrocentos anos de escravidão. Há, por isto, profundos vestígios de relações escravistas na estrutura da nossa sociedade atual.

As diversas inconfidências, movimentos políticos contestatórios, lutas armadas ou simples confabulações teóricas, só podem ser compreendidos através da posição

que — na dinâmica da mudança social — eles assumiram diante do escravismo: contra ou a favor.

Remetido para este ângulo pode o cientista social aquilatar a profundidade ou superficialidade desses movimentos. Um exemplo: a Confederação do Equador do Nordeste do Brasil em 1824. Durante a efêmera vitória desse movimento, circulavam rumores segundo os quais o governo revolucionário iria abolir a escravidão. Diante do descontentamento que a notícia causou à classe senhorial, os seus líderes apressaram-se a se manifestarem em um documento onde se registra, claramente, a ideologia *liberal-escravocrata* desse movimento. Diz:

"Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pôde jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido dessas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular, legal. O Governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa".³

Como vemos, a maioria dos movimentos *liberais* esbarrava, sempre, com o regime escravista e não tinha forças sociais, políticas e militares para enfrentá-lo. Somente os movimentos plebeus — como a Cabanagem e a Balaiada, entre outros — tentaram a ruptura radical com a estrutura do escravismo colonial. Em vista disto podemos dizer que a posição e importância desses movimentos que exigiam uma mudança social no Brasil Colônia e Império, até 1888 poderão ser medidas pela ótica que eles demonstraram possuir em relação ao escravismo: contra ou a favor.

2

Quando insistimos no escravismo como a fase decisória da formação do *ethos* do brasileiro, não subestimamos outros elementos que entraram na sua composição e participaram do seu dinamismo cultural e social, econômico e político. Desejamos, no entanto, insistir no fato de que o escravismo atuou como elemento de entrave ao desenvolvimento interno da sociedade brasileira, foi a instituição que permitiu a economia de tipo colonial chegar aos níveis de exploração a que chegou, descapitalizando permanentemente aqueles setores que poderiam compor

3. Documento transcrito por Joaquim Nabuco: "O Abolicionismo", Cia. Editora Nacional, S. Paulo/R. de Janeiro, 1938, p. 51.

uma economia de consumo interno, em favor de uma de exportação colonial. Os diversos surtos migratórios que vieram após a Abolição, formaram populações que se superpuseram ao negro ex-escravo como elemento de trabalho qualificado em uma ordem ainda semi-escravista.

Daí surgirem diversas contradições emergentes.

A primeira, inquestionavelmente a mais importante, é aquela que surge entre o negro recém-saído da senzala, pela Lei de 13 de Maio de 1888, de um lado, e as classes senhoriais do Império, de outro; em seguida esta contradição se desdobra naquela que passa a existir entre esses negros já em processo acelerado de marginalização e as classes latifundiárias inconformadas e ainda (juntamente com as suas estruturas de poder) ideologicamente escravistas.

A segunda contradição é aquela que se manifesta entre o imigrante que chega para vender a sua força de trabalho e os interesses da sociedade de modelo de capitalismo dependente que se estabelece após o escravismo colonial e, finalmente, surge aquela que se estabelece entre o trabalhador negro recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado, ou na faixa do subemprego, e o trabalhador branco estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra livre uma economia que já entrava em um modelo econômico condicionado e dominado pelo imperialismo. Por isto mesmo, necessitava de um contingente de mão-de-obra marginalizado mais compacto e extenso do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar a permanência dos baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada, na sua esmagadora maioria, pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar.

A primeira contradição é geneticamente a fundamental e condiciona todas as outras.

As classes dominantes do Império, que se transformaram com a passagem do escravismo para o trabalho livre, de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais, visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais da economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam, para manter esses ex-escravos nessa *franja marginal*, de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais relevante e abrangente. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado estrutural, estabelecendo uma categoria nova que não é a do exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias clássicas. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e precário e cujo centro de produção já foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado de fora do sistema. Nesse processo, o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma

tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes escolheram como símbolo de superioridade: o branco.

O simbólico assume neste caso especial um papel quase decisório na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de *borra da escravidão* e posteriormente de *mascavo nacional* é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto, às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o negro como elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingiu em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica, em consequência, social, econômica e culturalmente congelado.

Formada essa sociedade poliétnica no Brasil, estabelece-se um gradiente racial simbólico, dando-se valores específicos a cada uma dessas etnias ou variações cromáticas. Os pontos extremos são: superior = a branco. Inferior = a negro. O negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado no símbolo negativo desse tipo de sociedade.

A força desse símbolo, transformado em idealtipo, vem, portanto, bloquear as possibilidades do negro, já por si insuficientes em face das limitações estruturais do modelo de capitalismo dependente. A eficiência do símbolo reforça-se no caso: de um lado há a refuncionalização de toda a simbologia da escravidão, e, de outro, criam-se novos estereótipos para impedir que o negro entre, em pé de igualdade, no mercado de trabalho, competindo com outras etnias. Tudo isto para que o símbolo imposto pelo colonizador e reformulado e dinamizado pelas classes dominantes capitalistas, continue como sendo o representativo do homem brasileiro.

Essas sociedades poliétnicas, como a brasileira, de capitalismo dependente, são altamente competitivas nos seus pólos dinâmicos e altamente marginalizadas nas suas grandes áreas gangrenadas. Ao mesmo tempo, recebem o impacto estrangulador do imperialismo e são por ele condicionadas. Desta forma, as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista subordinado ao sistema colonialista, e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista.

Daí o modelo do homem ser atingido por esta alienação. Foge-se do homem concreto para o homem abstrato e simbólico, imposto pelo colonizador: o branco. Em outras palavras: cria-se uma subjacência racista e preconceituosa contra o homem real nessas sociedades. No Brasil o ponto central contra o qual o preconceito — reflexo dessa alienação — se volta é o negro, o ex-escravo, o marginal, o miserável e o pobre, cujas imagens estão imbricadas. O preconceito de cor,

ou melhor o racismo eufemístico do brasileiro tem, assim, raízes na forma como ele foi colonizado, e, posteriormente, pela maneira como foi dominado pelo sistema imperialista mundial. Não é portanto um caso fortuito, epifenomênico, mas faz parte desta realidade econômica, política, cultural e psicológica.

IDEOLOGIA DE BRANQUEAMENTO DAS ELITES BRASILEIRAS

O conhecido historiador norte-americano Thomas E. Skidmore, que já lançou no Brasil o livro "Brasil: de Getúlio a Castelo", apresenta ao público um novo trabalho onde pretende estudar o problema racial brasileiro e o conceito de nacionalidade através da produção das nossas elites intelectuais.¹ Como podemos ver, trata-se de um empreendimento ambicioso, pois o autor escolheu como tema a visão diacrônica do nosso pensamento, destacando as conexões íntimas que existem entre o pensamento elaborado pela intelectualidade representativa de uma cultura dominante, e a formação de uma noção de modelo, imagem ou símbolo de nacionalidade que daí decorre. Pretende o livro não se situar em um nível meramente narrativo das idéias que expressa, mas desenvolver e interpretar os mecanismos que fizeram emergir da nossa sociedade, determinado tipo de pensamento, no caso particular relacionado com o problema de raça e nacionalidade.

Estabeleceu o autor alguns postulados metodológicos com os quais manipula a realidade e seleciona os seus elementos mais importantes. Para tanto, trabalha com o conceito de *elite*, embora sem explicitar detalhadamente o que se poderia, no seu entender, tomar-se como tal no transcorrer dos diversos períodos da nossa história social e cultural. Procurou, através de um *corte* no conjunto da produção da intelectualidade brasileira, selecionar uma série de autores para ele mais significativos no particular. Ao mesmo tempo, esses elementos por ele selecionados passariam a constituir uma elite representativa do nosso povo, afirmando, por isto, que "quando digo o que 'os brasileiros' pensavam e queriam, refiro-me à elite".²

Como não podia deixar de ser, a primeira etapa escolhida para análise foi justamente a que elaborou um pensamento no contexto escravista, tendo em vista a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e as conotações ideológicas que a necessidade dessa mudança social geraram no seio da nossa elite intelectual. Exatamente na crista do sistema escravista, gera-se um tipo de pensamento liberal que tinha como meta a libertação do *escravo*. O *negro*, como etnia, ficou diluído num meio-tom impreciso, mesmo porque, dentro do bojo daquilo que se convencionou chamar o problema da mão-de-obra, já se forjavam os elementos ideológicos que, mais tarde, desenvolveriam uma imagem negativa do negro, na medida e na proporção em que o problema da sua substituição como trabalhador livre pelo imigrante assumia o primeiro plano, após o 13 de Maio. O autor, posteriormente, numa reanálise do pensamento que essa elite que lutou pela Abolição tinha do negro e de outras etnias não européias, cita a opinião de Nabuco, quando

1. Skidmore, Thomas E. — "Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro", Ed. Paz e Terra, R. de Janeiro, 1976.

2. *Op. cit.* p. 13.

foi sugerida a possibilidade de serem importados trabalhadores asiáticos para o Brasil. O espírito de *branqueamento* que caracterizou o pensamento de Nabuco nessa ocasião é mais visível num episódio que Skidmore não cita, mas achamos necessário divulgar.

Quando da morte de Machado de Assis — cujo pensamento o Autor não analisou suficientemente, nem como um omisso no processo abolicionista, nem como escritor que transformava as suas personagens em verdadeiras arianas desgarradas nos trópicos — José Veríssimo escreveu artigo onde chamava o autor de D. Casmurro de *mulato*. Nabuco retrucou-lhe da seguinte forma: "Seu artigo no jornal está bellissimo, mas esta frase causou-me arrepio: 'Mulato, foi de fato grego da melhor época'. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que retire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica."³

Na época que antecedeu a Abolição, o que estava sendo discutido não era o *negro*, mas o *escravo*. Como tipo nacional escolhido pela nossa intelectualidade, o índio supria com símbolos mortos e anódinos a necessidade de se apresentar, ao nível de herói-síntese nacional, um representante que correspondesse, na literatura, ao ideal de nacionalidade. Como diz muito bem o Autor: "Com a maturidade do romantismo literário, o índio tornou-se o símbolo das aspirações nacionais brasileiras." Mas o Autor, segundo pensamos, não destacou suficientemente por quais motivos, justamente quando se inicia e se aguça a luta pela libertação dos escravos negros a elite intelectual brasileira recorre a um elemento que não participava mais do dinamismo dos setores e grupos que se desenvolviam e se friccionavam na sociedade brasileira em crise. Esta conexão mais profunda (muitos românticos, inclusive, como Alencar eram escravistas) o autor não aprofundou como seria necessário, embora não a tivesse ignorado.

Um fato histórico que, para o Autor, não fazia parte do processo natural de desenvolvimento da sociedade brasileira — a Guerra do Paraguai — deflagra a primeira fase de uma consciência crítica na elite intelectual brasileira. Obriga-a a repensar a nossa realidade racial porque "a carência de voluntários aceitáveis para o Exército tornou necessário o recrutamento compulsivo de escravos, muitos dos quais provaram ser excelentes soldados".

Daí até 1888 os acontecimentos se precipitam. Funda-se, em 1870, o Partido Republicano; o Partido Liberal cinde-se, formando-se, com elementos saídos do seu seio, o Partido Liberal Radical; o Exército aparece como uma força nacionalmente organizada, e desponta, no campo das idéias, aquilo que depois seria chamado de "Escola de Recife."

3. In "Revista do Livro", vol. V. Ano II, março de 1957, p. 164.

Concomitantemente, substituindo o ecletismo de Cousin até então dominante, aparece o Positivismo que amplia corpo entre a intelectualidade e uma ala de militares. O problema racial ainda não tinha sido questionado, pelo menos com roupagens *científicas*. Há, a partir daí, a penetração do pensamento alemão, de um lado, e, do outro, o de Littré e Laffite, formando-se, dentro daquilo que o Autor denomina de elite intelectual, um choque de idéias importadas, das quais o positivismo seria a mais importante.

Mas, quando há necessidade de uma reciclagem demográfica, no sentido de suprir de mão-de-obra livre as regiões pioneiras que nasceram a partir do fim da escravidão é que a questão do *negro* surge, é discutida e a sua conexão com a formação da nacionalidade é bem mais visível. Os antigos abolicionistas se insurgem contra a medida de serem importados trabalhadores asiáticos ou negros. Vem à tona, desta forma, junto ao problema da raça, o problema da opção para o tipo racial que irá representar a nacionalidade brasileira. E o escolhido é o branco.

Há, por isto, necessidade de uma racionalização para justificar-se aquela preferência. E aí estavam à mão os cientistas europeus com suas teorias sobre o clima, mas, especialmente, sobre o homem. As teorias da evolução servirão, no contexto brasileiro, para justificar a predileção das elites intelectuais pelo trabalhador branco europeu e justificar a necessidade de um branqueamento progressivo da nossa população. A obra de Henry Thomas Buckle "História da Civilização na Inglaterra" é traduzida em 1900 por Adolfo J. A. Melchet, com um longo estudo "filosófico-histórico" de Pedro Augusto Carneiro Lessa em 5 volumes. Lia-se Darwin, Spencer e outros materialistas especialmente alemães que nos chegavam em traduções francesas e portuguesas. Lia-se também Gobineau.

Enquanto se formava e desenvolvia na base uma sociedade multirracial, as nossas elites intelectuais se municiavam de armas para provar a necessidade de acabarmos com o *mascavo nacional* e nos transformarmos em uma nação branca. Esta elite, ao tempo em que assimilava esses elementos de alienação, procurava, por outro lado estabelecer uma política migratória capaz de branquear a sociedade brasileira. E o trabalhador nacional, composto na sua esmagadora maioria, de negros e ex-escravos ou mulatos, foi sendo expulso, à medida que chegavam as ondas sucessivas de imigrantes, do centro para a periferia do sistema de produção que se formava. Este fenômeno não foi também suficientemente analisado pelo Autor que preferiu ficar numa análise brilhante do conteúdo dessas teorias, esquecendo-se de vê-las, fundamentalmente, como elementos respaldadores dos mecanismos reguladores dos interesses das classes dominantes.

Esse processo de marginalização do negro e dos seus descendentes diretos, cujas causas eram explicadas na época como fruto da própria inferioridade racial, ficou, no livro, retratado de forma tênue e impressionista. A subordinação dessas teorias a mecanismos reguladores da sociedade competitiva que se formava e a marginalização massiva dos ex-escravos não foi apresentada, pelo Autor, como

um dos elementos que determinaram, da parte destas elites, a elaboração de teorias racistas ou autoritárias capazes de manter essa massa sob controle ideológico e político. Por outro lado, ele não destacou suficientemente como esse processo de alienação, fruto da *ideologia do colonialismo*, atingiu, também, segmentos desta elite que desejavam, de fato, criar uma nacionalidade de conteúdo democrático, multirracial e não preconceituosa. Poucos foram, porém, os escritores que antes de 1920, tiveram possibilidades efetivas de resistir a essa onda arianizante que se projetou sobre a nossa intelectualidade. Um exemplo raro e convincente foi o de Lima Barreto, escritor que o Autor não valorizou devidamente neste contexto. Se Skidmore fizesse com as obras de Lima Barreto, especialmente *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos*, o mesmo tipo de análise que fez com o romance *Canaã* de Graça Aranha, teria conseguido demonstrar, como, mesmo em alguns segmentos desta elite, existiam nódulos de resistência a esse pensamento alienador.

Mas, nos escritores que vão até 1920 o diapasão é o mesmo: a necessidade da extinção das "raças fracas" e a emergência de uma nação formada exclusiva ou predominantemente de brancos.

Skidmore demora-se na análise desses autores. Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Graça Aranha e outros, todos de uma forma ou de outra, maldizendo o fato de sermos uma nação composta de negros e mestiços. No particular realizou um trabalho notável, não se deixando influenciar por certos autores que procuram justificar biblicamente todos os erros dos seus ídolos, como é o caso de Euclides da Cunha, cujo "culto" dificultou e ainda dificulta a análise objetiva da sua obra. Analisou, também, com propriedade a contrapartida ao pensamento desses autores, detendo-se nas obras de Alberto Torres, Manoel Bonfim e daqueles que já preconizavam como desmoralizadas as teorias até então tidas como irretorquíveis pelo seu caráter "eminentemente científico". O caso de Manoel Bonfim, tão bem destacado pelo Autor e tão esquecido pelos ensaístas brasileiros é típico de como os nódulos de resistência da intelectualidade não se deixavam envolver completamente pelo *cientificismo* desta elite.

O paralelismo e a sincronia entre as teorias racistas e as autoritaristas parece-nos que não foram suficientemente analisados. Como no espaço de que dispomos não podemos fazer uma análise profunda e pormenorizada dessa conexão, queremos lembrar que, quando da instalação do Estado Novo, ao tempo em que as associações negras eram perseguidas e fechadas, surgiram teóricos do autoritarismo (o próprio Oliveira Vianna foi um deles) que defendiam a formação de uma nacionalidade rigidamente hierarquizada, na qual todos funcionassem nos seus "devidos lugares". Um desses teóricos, o sociólogo Azevedo Amaral, chegou a escrever um livro no qual afirmava que "o Estado Novo realizou uma transformação radical (...). A nação não é mais um vasto rebanho cujo destino era apenas pagar impostos e levar às urnas os nomes ilustres dos dinastas da República. Nação e Estado estão hoje identificados e, com o desaparecimento dos

políticos profissionais, a Política tornou-se matéria sobre a qual cada cidadão, por mais humilde que seja, tem não apenas o direito mas o dever de formar opiniões e de pronunciar-se com a esperança de atuar na direção do Estado com a parcela mínima dos frutos da sua experiência pessoal.”⁴

O mesmo autor, na esteira deste pensamento inicial, explicita a ligação entre o autoritarismo e o racismo da seguinte forma: “A entrada de correntes imigratórias de origem européia é realmente uma das questões de maior importância na fase de evolução que atravessamos e não há exagero afirmar-se que do número de imigrantes da raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade. (...) Uma análise retrospectiva do desenvolvimento da economia brasileira desde o último quartel do século XIX põe em evidência um fato que aliás nada tem de surpreendente porque nele apenas se reproduzia, em maiores proporções ainda, o que já ocorrera em fases anteriores da evolução nacional. As regiões para onde afluíram os contingentes de imigrantes europeus receberam um impulso progressista que as distanciou de tal modo das zonas desfavorecidas de imigração que entre as primeiras e as últimas se formaram diferenças de nível econômico e social, cujos efeitos justificam apreensões políticas. Enquanto nas províncias que não recebiam imigrantes em massa se observava marcha lenta do desenvolvimento econômico e social, quando não positiva estagnação do movimento progressivo, as regiões afortunadas a que iam ter em caudal contínua as levas de trabalhadores europeus, foram cenário de surpreendentes transformações econômicas de que temos os exemplos mais importantes em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Aliás, aconteceu entre nós o mesmo que por toda a parte onde as nações novas surgem e prosperam com a cooperação de elementos colonizadores vindos de países mais adiantados e habitados por povos de raças antropologicamente superiores. (...) O problema étnico brasileiro — chave de todo o destino da nacionalidade — resume-se na determinação de qual virá a ser o fator da triplíce miscigenação que aqui opera a que caberá impor a ascendência do resultado definitivo do caldeamento. É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e da cultura da Europa se reforçarmos pelo fluxo contínuo de novos contingentes brancos. Os obstáculos opostos à imigração de origem européia constituem portanto dificuldade deliberadamente criada ao reforçamento dos valores étnicos superiores, de cujo predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações de seu determinismo econômico, político, social e cultural. (...) A nossa etnia está ainda longe do período final de cristalização. E, como acima ponderamos, os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores, a fim de que no epílogo do

4. Amaral, Azevedo: — O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Ed. José Olympio, R. de Janeiro, 1938, p. 7.

caldeamento possamos atingir um tipo racial capaz de arcar com as responsabilidades de uma grande situação.”⁵

Citamos estes longos trechos apenas para frisar que este “sonho de branqueamento” criado pelas elites intelectuais tem uma função social bem delimitada: serve como ideologia dos estratos deliberantes de uma nacionalidade que precisa manter aquelas grandes camadas marginalizadas por um processo secular de sujeição, nos mesmos estratos onde se encontram, sem perspectivas de uma reformulação do seu posicionamento na estrutura de classes dessa sociedade. Desta forma, o autoritarismo e a filosofia do branqueamento constituem um todo, formam um amálgama compacto com funções bem definidas no contexto contraditório da nossa sociedade.

A opinião de Fernando de Azevedo, citada pelo Autor já no final da obra,⁶ mostra, muito bem, como o sonho de branqueamento continua não apenas nas elites intelectuais, mas em vastos segmentos da população brasileira. O preconceito de cor, que muitos autores teimam em afirmar que não existe, mas as pesquisas comprovam a sua existência, é um dos parâmetros dessa filosofia que persiste confundindo os segmentos negros e mulatos da nossa sociedade, procurando inferiorizá-los a partir da sua própria auto-análise.

Quanto à parte comparativa entre o preconceito (racismo) contra o negro no Brasil e nos Estados Unidos estabelecida pelo Autor, parece-nos que ele caiu numa posição idêntica à de Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum, que procuravam ver formas mais ou menos benignas na escravidão deste/ou daquele país. No caso do preconceito de cor, do racismo e do seu diversificado leque de manifestações, acho que procurar destacar conotações diferenciadoras, no sentido de apresentar-se uma como melhor (por mais benigna) do que outra, ou afirmar-se que a forma *aberta* de relações interétnicas, como a do Brasil, pelo contrário, dificulta a conscientização do negro (o que é verdade) porque ele tem possibilidades de branquear-se, fato que não acontece nos Estados Unidos, parece-nos subestimar a essência irracional, global e estrutural, de ambas as manifestações do escravismo. Temos certeza de que o Autor, ao estabelecer esta diferenciação, não o fez com tal intenção, pois o seu pensamento democrático atravessa todo o livro e é mesmo um dos seus aspectos mais significativos. “Cá e lá más fadas há”.

5. *Idem, ibidem*, pp. 230/234.

6. Vejamos a opinião do sociólogo Fernando de Azevedo neste particular: “A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco, como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa — cidadela da raça branca —, antes que passe a outras mãos o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão sua luz nova e intensa — a atmosfera de sua própria civilização.” (Azevedo, Fernando de: “A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil”, pp. 40/41).

infelizmente. Cada uma com a sua roupagem, umas segregacionistas, outras permitindo um espaço social maior (muitas vezes ilusório) para o negro se movimentar, porém todos mutilando-lhe a personalidade, e, também, a dos que aceitam o preconceito.

O sonho de *branqueamento* das elites intelectuais, a escamoteação do conteúdo da nossa composição étnica, a vergonha de nos apresentarmos perante o estrangeiro, e, acima de tudo — o que é mais importante — perante nós mesmos como um país de mestiços e negros, infelizmente persiste. Manifesta-se no cotidiano de grandes parcelas da população brasileira, deformando o nosso *ethos* nacional e fazendo com que, dentro do espaço que compõe a nação brasileira, criem-se barreiras suplementares àquelas que a própria sociedade competitiva estabelece.

ORGANIZAÇÕES NEGRAS EM SÃO PAULO

O negro brasileiro foi sempre um grande organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista, e, posteriormente, quando se iniciou — após a Abolição — o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações intermitentes, frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes. A organização de quilombos, de confrarias religiosas, irmandades, dos *cantos*, na Bahia, de grupos religiosos afro-brasileiros como o *candomblé*, terreiros de xangô e mesmo umbanda, mais recentemente, são exemplos significativos.

Com isto ele procurava obter alforria, minorar a sua situação durante o regime escravista, e, posteriormente, fugir à situação de marginalização que lhe foi imposta após o 13 de Maio. Em toda a nossa história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando, através dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente. Já houve, por isto mesmo, quem se referisse a um *espírito associativo* do negro brasileiro.¹

Esses canais organizacionais possibilitaram ao negro sobreviver em face da situação altamente inferiorizada em que se encontrava antes de 1888 e se encontra atualmente. São organizações voluntárias que surgiram antes do 13 de Maio e surgem atualmente não apenas entre os negros de classe média (não chegam a 500 famílias em São Paulo) mas nas áreas proletarizadas e marginalizadas. A essas organizações voluntárias, ou espontâneas, nós denominamos grupos específicos negros. Para nós, são grupos que se identificam na sociedade de classes por uma *marca* que essa sociedade lhes impôs, e, ao invés de procurarem fugir dessa *marca* transformam-na em herança positiva, organizam-se através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram.

É a emergência desses novos valores dentro do grupo que o faz ver-se como um componente específico dentro da sociedade que o discrimina. Esses valores podem ser a reelaboração de um passado cultural ou de reivindicação mais à superfície. A formação desses grupos específicos, numa sociedade competitiva, nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos e frações. Acontece que muitos grupos da nossa sociedade — como é o caso dos negros — situam-se inferiorizados cumulativamente; por uma determinada *marca* inferiorizadora de acordo com os padrões das classes dominantes e pela situação de inferioridade sócio-econômica que os diferencia perante a sociedade de classes.

Essa tendência do negro para se organizar não surge por acaso.

1. Ramos, Artur: — "O Espírito Associativo do Negro Brasileiro". Rev. do Arquivo Municipal, S. Paulo, ano IV, Vol. XLVII, maio de 1938.